

Comunicação e Mídias Populares

SEMINÁRIO VIRTUAL | MAIO | 2020



SEMINÁRIO A COMUNICAÇÃO E AS MÍDIAS POPULARES

Data: 15/05/2020 **Horário:** 8.30h as 12.30 h **Local:** Meet/Google

No dia 15 de maio de 2015, sob coordenação Geral da Acracom e apoio/participação de várias entidades sindicais e movimentos sociais, com apoio técnico do Sindaspisc e Arco-RJ, realizou-se o Seminário “A comunicação e as Mídias Populares, tendo como temas centrais e painéis sobre 1 – Análise de Conjuntura; 2 – As Rádios Comunitárias Transformando e Dialogando com a Classe Trabalhadora; 3 – Web e as Mídias Sociais (Estratégias Como Instrumentos de Informação e Organização Social); 4- Jornalismo (Crítica ao Jornalismo de Boca Alugada e Jornalismo e Transformação das Comunidades) 5- Debates; 6 Encaminhamentos. Transcorrido o evento de forma regular e sem sobressaltos, com grande estabilidade da web, resultou num documento oficial aprovado pelo coletivo com o seguinte conteúdo:

A comunicação é uma das essências do ser humano, tanto que ela surge antes dos primeiros passos do homem e da mulher. Consagra-se em direito humano no momento em que estes passam a conviver em sociedade, além do núcleo familiar. Subjugar essa essência é alienar a liberdade e o direito de se expressar e evoluir civilizatoriamente.

No entanto, como observamos na história das civilizações, e ainda no mundo moderno, este Direito Humano à Comunicação não é bem aceito entres aqueles que se proclamam representantes dos povos ou do sobrenatural. Esses espaços de poder cerceiam, oprimem e até mesmo extinguem vidas a fim de manter o *status quo* de privilégios e monopolização de tal direito.

No Brasil, independentemente dos governantes, mesmo neste curto período da nova república constitucional democrática, este direito/garantia persiste em ser controlado por uma elite representada por apenas sete grupos familiares. Esses grupos agem de forma decisiva não só para a manutenção do monopólio, mas na concentração de propriedades cruzadas de todas as mídias, atuando de forma determinante, não só nos desígnios políticos e econômicos do País, como que buscando o aniquilamento dos meios de comunicação alternativos, independentes e populares.

Tudo isso persiste, apesar de um Sistema Jurídico que ao menos tenta regulamentar o setor e acompanhar as deliberações internacionais acerca de tão importante direito, hoje elevado a garantia fundamental universal. No Brasil, as distorções do setor continuam, em que pese a Constituição Federal de 1988 estabelecer princípios norteadores do Sistema de Comunicação Social, como se extrai dos artigos 5º, 9º, 220, §§ 1º e 2º, que buscam ressaltar as liberdades de expressão, informação e comunicação, bem como coibir os embaraços e censura de natureza política, ideológica e artística. Recepcionando, desta forma, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, e a Declaração de Chapultepec, aprovada em 11/03/1994 pela Conferência Hemisférica sobre liberdade de expressão.

Apesar de toda esta evolução teórico-legislativa em nível global, restou reafirmado que no âmbito de Brasil e de América Latina a situação do setor se apresenta como um dos mais prejudiciais para as jovens democracias, transgredindo-se, persistentemente, o Direito Humano à Comunicação. Isso tudo agravado pela dominação e utilização das instituições públicas para prevalecer os interesses do *poder real*, inclusive substituindo-se o papel do legislador comum, a exemplo do que ocorre com os Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas dos Estados da Região Sul do Brasil, manipulando-se o sistema jurídico e financeiro em favor do fortalecimento dos monopólios da comunicação, em detrimento dos demais meios comunicacionais. Não bastasse as limitações absurdas impostas por Lei, como em relação as RadCom a potência de 25 wats e antena de no máximo 30 metros, há a discriminação na distribuição das verbas públicas específicas para a comunicação dos atos institucionais e a fundamental sustentabilidade dos mesmos.

As rádios comunitárias, em particular, e toda a mídia independente em geral sofrem vários problemas graves e crônicos decorrentes da dificuldade de compreensão, por parte dos poderes públicos, do papel determinante que possuem na preservação das Garantias Universais de comunicação, expressão e informação, fundamentais para as Liberdades e na Construção da Democracia. Na mesma linha, torna-se essencial compreendermos os mecanismos das novas mídias sociais, como whatsapp, facebook, que muito mais do que informar ou comunicar, tem gerado problemas de toda ordem, tanto na seara da saúde pública, como na questão da comunicação e seus fundamentos de credibilidade/confiabilidade dos fatos, comprometidos pelas notícias falsas (fake News).

Desta forma, dando-se continuidade às indispensáveis atividades para que se dê a correta interpretação do papel fundamental das mídias populares nas relações sociais e a necessidade de a utilizarmos com inteligência/estratégia, fica retificado e convocados os parlamentares democráticos, às rádios comunitárias, os veículos, coletivos, cooperativas, associações, Partidos Políticos e demais setores vinculados à comunicação para defender as Liberdades Individuais e Coletivas, tendo como suporte os Direitos Humanos à Comunicação, a Expressão e a Informação, construindo agendas de luta e estratégias de utilização destes meios, em conjunto com a sociedade em geral, até que se supere a injustiça e o descaso que hoje sofremos e que, com isso, se faça um histórico aporte à evolução da nossa sociedade, principalmente com o extermínio da discriminação e da desigualdade.

Analisando a conjuntura atual, os painelistas Vilson Santin e Bruno Lima Rocha, demonstraram a necessidade de unirmos todas as forças possíveis para o enfrentamento do sistema adotado pelo atual governo, que se pauta nas reformas levadas a cabo pelo Chile, dentro de um sistema ultraliberal, em que pese ter se mostrado totalmente nefasto para o povo Chileno, gerando grande instabilidade social nos últimos tempos, diante da miséria disseminada. A solidariedade, a soberania alimentar e organização popular, evidenciando-se a luta de classes, é fundamental para enfrentarmos este modelo concentrador e injusto, privilegiando a especulação financeira e os monopólios em detrimento do trabalho e dos pequenos e médios empreendedores urbanos e rurais, bem como incentivo as monoculturas para o mercado exportador que degrada o ambiente, adotando-se a agroecologia como bandeira e pilar de sedimentação da soberania alimentar.

Especificamente na seara do Jornalismo, Elaine Tavares e Luiz Dzulinski asseveraram que um novo modelo de jornalismo a ser adotado no meio da Radiodifusão Comunitária e demais mídias sociais/populares se torna indispensável para não apenas informar e formar, mas transformar nossas comunidades. A essência deste novo modelo é a produção independente e própria, na condição de agentes ativos, abandonando-se o modismo do baixa, copia e cola, ou como agentes passivos, do popular “jornalismo de boca alugada”. Não menos importante é tornar notícias os fatos locais, e analisá-las ou abordá-las de uma forma globalizada, considerando-se todas as nuances da globalização social e econômica. Abordando inclusive temas mais estigmatizados, como novelas, esporte, polícia etc, com o intuito de interagir com os ouvintes os fatos específicos levantados, dentro de um processo crítico transformador.

No tema das mídias sociais, Cássio Giovani Turra e Adilson Cabral, reverenciam que precisamos ter muito mais clareza acerca das mídias sociais, já que estudos científicos demonstram que não temos tido métodos e condições para combater o nazifascismo, ou fascismo digital, que hoje domina os meios. Fazendo com que passemos a enxergá-las como instrumentos tecnológicos de ampliação de nossas ações, citando os encontros de violeiros promovidos nas praças e que algumas experiências viraram em gravação de CD e DVD e hoje tais obras fazem parte da programação das emissoras, imaginem atualmente com as redes sociais para auxiliá-los. Precisamos sair das redes sociais e nos reintegramos mais as redes reais. Pois a extrema direita domina os debates, preferencialmente via notícias falsas e robôs. A Gazeta do Povo, por exemplo, hoje é a voz desta camada, investindo na ditadura, misoginia, discriminações de gêneros e restabelecendo a Tradição, Família e Propriedade. Isso fica evidente se analisarmos o grande reverso que houve aos governos populares, movimentos sindicais e sociais, por não terem dado importância a estas formas alternativas de comunicação, preferindo os meios inofensivos. Outra questão fundamental é a necessidade de maior interação das Rádios Comunitárias com estas mídias, com uma perspectiva de dominação destas plataformas sociais, mediante capacitações constantes.

Na questão das Rádios Comunitárias, João Carlos Santin e Angelo Ignácio, externaram um breve histórico acerca da organização das mesmas nos Estados, e as dificuldades enfrentadas há 22 anos, pós Lei 9.612/98 que cria a radiodifusão comunitária, notadamente na ação dos governos e mídia comercial no sentido de manter os

privilégios e monopólios das 7 famílias que dominam a comunicação no Brasil. Torna-se fundamental reconhecer o grande papel já desempenhado e retomar a organização e fortalecimento do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias-MNRC em todos os Estados, criando células de atuação para dar consequências a novas estratégias a serem implantadas a partir deste seminário. Outra questão importante é combatermos a discriminação e o amadorismo na utilização dos meios alternativos, vencendo os preconceitos inerentes ao sistema hegemônico, ocupando espaços e possibilitando uma nova forma de comunicação com os trabalhadores e trabalhadoras de um modo geral.

Iniciado o debate, houveram inúmeros questionamentos, atingindo o principal objetivo do seminário, de fomentar a discussão acerca dos temas, dando oportunidade aos painelistas de ampliar a compreensão de suas apresentações em curso espaço de tempo. Do debate surgiram as seguintes propostas/encaminhamentos: 1- Descriminalização das mídias comunitárias - A proposta não é descriminalizar em si, mas demandar ações diante da burocratização do governo e da própria legislação; 2- A organização e fortalecimento do MNRC-Movimento Nacional de Rádios Comunitárias. Torna-lo mais orgânico e com a Criação das núcleos de resistência e de Núcleos Estaduais para fomentar as Finanças e a Formação/capacitação, bem como buscando fortalecer as relações institucionais; 3 - Comunicação social – aliar as linguagem analógica, as linguagens digitais visando mais precisão, menos custos e menos tempo de processamento; 4- Implementação de estrutura e programa constante de formação e capacitação, numa estratégia de comunicação, informação, formação e diálogo com a classe trabalhadora; 5- Inserção da cultura e da arte nas atividades comunicacionais e capacitantes, com o aproveitamento do grande campo de conhecimento, metodologia e prática que se soma à comunicação e formação política; 6- Discutirmos e consolidarmos as TVs Comunitárias, dando-se prioridade a experiência atual da TV Floripa, com sede na capital, com a fundamental participação dos movimentos sociais e sindical; 7 - Reforço para compreensão e consolidação do Jornal Integração-JI, implementado pela Acracom durante a Pandemia, e buscar torna-lo uma ferramenta de aglutinação nacional, garantindo a participação de correspondentes de todos os Estados Brasileiros e da América Latina como um todo. Avaliar a oportunidade do contraditório; 8 - Necessidade de conscientizar e mobilizar as lideranças para ocupar espaços junto as rádios comunitárias e demais mídias populares; 9 – Investir e publicizar as novas experiências como alternativa viável e no combate ao sistema ultraliberal; 10 – Aprimorar e ampliar a produção, interação e distribuição de conteúdo, como o Jornal Integração, Jornal dos Trabalhadores, Jornal sem Terra, Jornal Brasil de Fato, TVT, Brasil Atual, Portal 247 etc; 11- Adotar a campanha Fora Bolsonaro, diante do atual momento de insuportabilidade das ações e omissões deste desgoverno. 12- Formação de um coletivo que, juntamente com a Coordenação do seminário, dará efetividade aos encaminhamentos propostos, avaliando-se a possibilidade de realização de um novo evento para fins de divulgação das ações a serem desenvolvidas.

E-mail:
jtradiocom2@gmail.com

www.acracom.com.br

